



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO DE JANEIRO**

Subsecretaria Jurídica

Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

**PARECER TÉCNICO/SES/SJ/NATJUS Nº 2826/2024**

Rio de Janeiro, 18 de julho de 2024.

Processo nº 0860034-60.2024.8.19.0001,  
ajuizado por

Trata-se de Autor com quadro de **lesão de esfíncter em bolsa escrotal**. Assim, foi solicitado o exame de **ultrassonografia de bolsa escrotal com doppler** (Num. 118689525 - Pág. 8).

Informa-se que o exame **ultrassonografia de bolsa escrotal com doppler** **está indicado** ao manejo terapêutico do quadro clínico apresentado pelo Autor, conforme descrito em documento médico (Num. 118689526 - Pág. 5).

Quanto à disponibilização, informa-se que o exame pleiteado **está coberto pelo SUS**, conforme Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde - SUS (SIGTAP) na qual consta: ultrassonografia de bolsa escrotal, sob o código de procedimento: 02.05.02.007-0, conforme disposto na Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde (RENASES).

Ressalta-se que o acesso aos serviços habilitados para o caso em tela ocorre com a inserção da demanda junto ao sistema de regulação. Cumpre salientar que a Política Nacional de Regulação, está organizada em três dimensões integradas entre si: Regulação de Sistemas de Saúde, Regulação da Atenção à Saúde e Regulação do Acesso à Assistência, que devem ser desenvolvidas de forma dinâmica e integrada, com o objetivo de apoiar a organização do sistema de saúde brasileiro, otimizar os recursos disponíveis, qualificar a atenção e o acesso da população às ações e aos serviços de saúde<sup>1</sup>.

No intuito de identificar o correto encaminhamento do Demandante aos sistemas de regulação, este Núcleo consultou a plataforma do **SISREG III** e verificou que ele foi 30 de maio de 2024, para o procedimento **ultrassonografia de bolsa escrotal com doppler**, com classificação de risco **vermelho – emergência** e, situação **agendamento confirmado pelo executante em 15 de junho de 2024 às 08:20h**, no **Centro Carioca de Diagnóstico e Tratamento por Imagem**.

Desta forma, entende-se que **a via administrativa foi utilizada** no caso em tela, com o agendamento do Autor para o exame pleiteado na data de **15 de junho de 2024**, conforme supramencionado.

No entanto, **sugere-se que seja verificado com o Autor se houve comparecimento ao exame pleiteado para o qual foi regulado, via SISREG, e quais foram os desdobramentos do referido atendimento.**

Cabe ainda esclarecer que, por se tratar de **exame**, o objeto do pleito **não é passível de registro** na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

**É o parecer.**

<sup>1</sup> Brasil. Ministério da Saúde. Regulação. Gestão do SUS. Disponível em: <<http://portalms.saude.gov.br/gestao-do-sus/programacao-regulacao-controle-e-financiamento-da-mac/regulacao>>. Acesso em: 18 jul. 2024.



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO DE JANEIRO**

Subsecretaria Jurídica

Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

**Ao 1º Juizado Especial de Fazenda Pública da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro para conhecer e tomar as providências que entender cabíveis.**

**LAYS QUEIROZ DE LIMA**

Enfermeira  
COREN 334171  
ID. 445607-1

**RAMIRO MARCELINO RODRIGUES**

**DA SILVA**  
Assistente de Coordenação  
ID. 512.3948-5

**FLÁVIO AFONSO BADARÓ**

Assessor-chefe  
CRF-RJ 10.277  
ID. 436.475-02